

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.881 - SP (2019/0295390-5)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : WASHINGTON SPINDOLA DE MIRANDA**  
**ADVOGADO : WASHINGTON SPINDOLA DE MIRANDA - SP273740**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : PAMELA CRISTINA ALVARENGA DE ARAUJO (PRESO)**  
**PACIENTE : ISABEL CRISTINA BENTO DE ALVARENGA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAMELA CRISTINA ALVARENGA DE ARAUJO e ISABEL CRISTINA BENTO DE ALVARENGA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do *Writ* n. 2191754-36.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que a paciente PAMELA foi presa preventivamente pela prática, em tese, dos crimes previstos nos artigos 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 e 12 da Lei n. 10.826/03, c/c arts. 29 e 69, ambos do Código Penal.

A paciente ISABEL foi presa preventivamente pela prática, em tese, dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 e 12 da Lei n. 10.826/03, c/c 29 do CP; art. 14, *caput*, da Lei n. 10.826/03 e 333, *caput*, na forma do art. 69, ambos do CP.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Aduz o impetrante a ausência de fundamentação a justificar a segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Sustenta que a paciente ISABEL possui atividade lícita e que está grávida de 09 semanas e 06 dias, fazendo jus à prisão domiciliar.

Alega que a paciente PAMELA é mãe de três filhos menores de 12 anos, também tendo direito à prisão domiciliar.

Requer a concessão sumária da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva ou deferida a prisão domiciliar às pacientes.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento.

Contudo, compulsando-se os autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que as teses levantadas na inicial merecem melhor exame, a fim de, no momento processual devido, verificar-se a possibilidade de atuação de ofício deste Superior Tribunal.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação suficiente para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir do seguinte trecho

# Superior Tribunal de Justiça

do aresto impugnado (e-STJ fls. 42-43):

[...]

*Na hipótese, a decisão hostilizada observa que há indícios suficientes de autoria e prova da materialidade, ressaltando que a prisão preventiva é necessária para resguardar a ordem pública, haja vista que as averiguadas possuem envolvimento anterior por tráfico e voltaram a se envolver em mesmo delito, evidenciando dedicação à atividade criminosa, mormente porque não exercem atividade lícita, aliada às circunstâncias fáticas que cercaram a abordagem policial, pois estavam na posse de grande número de porções de entorpecentes de alto poder vulnerante, além de arma de fogo e munições, evidenciando maior envolvimento com a criminalidade, contexto a revelar a insuficiência das medidas cautelares alternativas ao cárcere. Consignou-se, ainda, que o Habeas Corpus Coletivo n. 143.641/SP, tem como objetivo assegurar o desenvolvimento de crianças e adolescentes e sua convivência com a mãe. No entanto, no caso em tela, a guarda dos entorpecentes de alto poder viciante era realizada na casa das averiguadas, o que também coloca em risco a saúde e integridade física e psicológica dos infantes, bem demonstrando em termos concretos a necessidade da manutenção da segregação cautelar, concluindo seu raciocínio com o que entende tratar-se de questão a ensejar, no todo, a inconveniência da soltura das suplicantes.*

[...]

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte que se diz coagida.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do writ, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.**

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos,*

# Superior Tribunal de Justiça

*devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator

